

Congresso: tudo para salvar 100 decretos-leis

O GLOBO

14 AGO 1988

As lideranças partidárias reúnem-se terça-feira para estudar um acordo que permita a votação, em esforço concentrado, dos mais de cem decretos-leis ainda em tramitação no Congresso, para evitar que eles sejam automaticamente rejeitados assim que a nova Constituição for promulgada.

Os decretos abrangem medidas como o complementação de verbas do Orçamento da União, trileão e tabela do Imposto de Renda na fonte, instituição e congelamento da Unidade de Referência de Preços (URP), piso nacional de salário e soldo-base dos militares.

Se os líderes não chegarem a um entendimento, esses decretos-leis em tramitação cairão na compulsória, em razão do parágrafo único do artigo 29 das Disposições Transitórias da nova Carta, que os condena à rejeição.

O Líder do PMDB no Senado, Ronan Tito, acha que isto resultaria num "impasse institucional" e exemplifica:

— Sem a complementação de verbas, os órgãos do Governo simplesmente não terão como enfrentar compromissos assumidos com uma estimativa inflacionária de 160 por cento, quando a realidade

já aponta 300 por cento. O Senado, a Câmara e o Exército, por exemplo, já não teriam como pagar seus funcionários no próximo mês, sem a suplementação.

Exemplos de decretos que ninguém deseja rejeitar são o que instituiu a URP e o que extinguiu o empréstimo compulsório sobre a compra de veículo. Contudo, Lucena aponta três matérias que considera difíceis para um entendimento: o congelamento da URP, que a oposição desejaria ver rejeitado, pois favoreceria os recursos em tramitação na Justiça, pela reposição salarial; o trileão, medida abominada pela classe média, e a extinção do Incra, tida pela esquerda como uma medida política contra a reforma agrária.

Entre os decretos-leis pendentes no Congresso, há muitos de interesse do funcionalismo público, pois criam cargos e carreiras.

Lucena deseja convocar o Congresso, se houver acordo, já na próxima quarta-feira, para apreciar esses decretos-leis. Também em ritmo de esforço concentrado o Senado deverá aprovar, terça-feira, a rolagem das dívidas dos Estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro, Paraíba, Rio Grande do Sul e Santa Catarina.